



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL**  
**OFÍCIO DE MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL**

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DA 14ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL**

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA**

**Processo nº 10401359020194013400**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, por intermédio da Procuradora da República signatária, no uso de suas atribuições institucionais, delineadas no art. 5º, § 1º da Lei 7.347/1985, e no art. 129, inciso II, da Constituição Federal, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, em observância ao Despacho de ID 133749878, apresentar **PARECER**, nos termos abaixo.

**I - RELATÓRIO**

Trata-se de ação civil pública proposta pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA em face do Conselho Federal de Biologia – CFBIO, objetivando, em tutela de urgência, a suspensão da aplicação da Resolução CFBio nº 480/2018, e, ao final, a declaração de nulidade da referida Resolução.

De acordo com a peça vestibular, sobredita nulidade decorre do fato de tal ato normativo extrapolar e contrariar os limites delimitados pela Lei nº 6.684/1979, que regulamenta o exercício da biologia, ao permitir que biólogos elaborem Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD e Projeto Técnico de Recuperação da Flora – PTRF e ao submeter esses profissionais à Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.

Alega o Conselho autor que a elaboração de PRAD e PTRF não está dentre as atribuições legais de biólogos estabelecidas pela Lei nº 6.684/1979, de modo que o CFBio teria exorbitado o seu poder regulamentar, bem como que o exercício dessa atividade por biólogos não coaduna com a imposição de congruência entre a formação

Página 1 de 19

Documento assinado via Token digitalmente por MARCIA BRANDAO ZOLLINGER, em 14/04/2020 17:47. Para verificar a assinatura acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave C975C735.A1E0EE6E.8308EB51.2985A290



profissional e as atividades a serem desempenhadas, de modo que as disposições da Resolução CFBio nº 480/2018 gerariam risco à saúde e ao meio ambiente.

Além disso, aduz o Conselho autor que a atribuição aos biólogos da elaboração de PRAD e PTRF e da possibilidade de atuarem em procedimentos que envolvam sementes invadiria a atuação privativa dos engenheiros e agrônomos, nos moldes da Lei nº 5.194/1966 e Lei nº 10.711/2003.

Em sede de contestação (ID 132374887), o CFBio pugnou, preliminarmente, pelo reconhecimento da ilegitimidade ativa *ad causam* da CONFEA e, no mérito, pela improcedência dos pedidos veiculados na peça inicial.

O CFBio defende que as atividades objeto da Resolução CFBio nº 480/2018 estão incluídas dentre as atribuições legais dos biólogos, de modo a não interferir em atividade exclusiva de qualquer outra profissão, dentre eles engenheiros e agrônomos, e que sua formação acadêmica está de acordo com tais atividades, destacando seu aspecto multidisciplinar.

Ademais, pontua que a ART referente aos biólogos está regulamentada pela Resolução CFBio nº 11/2003, elaborada em conformidade com os poderes regulamentares conferidos ao CFBio pelo art. 11, II, da Lei nº 6.684/1979 combinado com o art. 1º, da Lei Federal nº 7.017/1982 e com o art. 11, III, do Decreto nº 88.438/1983.

Em manifestação de ID 139979367, o Ministério Público Federal requereu a intimação do autor para manifestar-se em relação à preliminar de ilegitimidade *ad causam* ativa alegada pela parte requerida em sede de contestação, bem como a intimação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio para atuarem na condição de *amicus curiae* prestando informações técnicas a respeito da lide.

Deferido o pedido e efetuadas as intimações, o CONFEA sustentou sua legitimidade ativa, como também requereu o julgamento antecipado da lide para ver declarada a nulidade da Resolução nº 480/2018 por considerar configurada as hipóteses do art. 355, incisos I e II, do Código de Processo Civil (ID 145038447).

O ICMBIO manifestou-se pelo desinteresse em atuar como *amicus curiae* no presente feito por considerar que a presente ação discute a regulamentação de profissões, não afetando a Carreira de Especialista em Meio Ambiente (ID 172464881).

O IBAMA (ID 174582865) manifestou-se pela multidisciplinariedade de elaboração e execução de PRAD, bem como expôs que os órgãos do SISNAMA exigem o protocolo da ART como um dos documentos necessários à aprovação de um PRAD, porém não discriminam profissionais nem especificam um conselho profissional específico para a emissão desse documento. Apesar disso, posteriormente, o instituto manifestou desinteresse em atuar como *amicus curiae* no presente feito (ID 196021882).



Vieram os autos para manifestação do Ministério Público na qualidade de custos legis, em cumprimento ao determinado em despacho (ID 140102348).

**É o relatório do necessário.**

## II- DA TEMPESTIVIDADE

Preliminarmente, cumpre ressaltar que, em que pese tenha sido cadastrado no PJE o prazo de 10 (dez) dias ao tempo da intimação de ID 178451867, como também o prazo de 5 (cinco) dias no despacho de ID 205518361, o prazo para manifestação do Ministério Público na qualidade de *custos legis*, conforme o art. 178, do Código de Processo Civil, é de 30 (trinta) dias contados a partir de sua intimação.

Assim, considerando que foi registrada ciência eletrônica em 19/02/2020, o termo final do prazo se efetivaria em 06/04/2019.

Ocorre que por intermédio da **Resolução PRESI - 9985909**[1], especialmente no seu **art. 4º**, os prazos processuais foram **suspensos** a partir do **dia 19/3/2020** (data da publicação), *in verbis*:

Art. 4º Ficam suspensos os prazos processuais dos processos físicos e eletrônicos, judiciais e administrativos, a contar da publicação desta Resolução, até o dia 30 de abril de 2020.

O prazo, portanto, encontra-se suspenso no presente momento. Não obstante, o Ministério Público Federal vem apresentar manifestação.

## III – DA LEGITIMIDADE ATIVA *AD CAUSAM*

Preliminarmente, o CFBio aduz que a Lei nº 5.194/66, diferentemente do alegado pelo autor, não estabelece nenhuma exclusividade no exercício de qualquer de suas atividades, menos ainda no que diz respeito às áreas de atuação que compõem o Projeto Técnico de Recuperação da Flora – PTRF e o Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD.

Alega, ainda, que o autor tentou suprimir a informação de que todas as atividades ali descritas pertencem a área de interface entre as atividades que biólogos e engenheiros, arquitetos e engenheiros agrônomos desenvolvem. Assim, estaria ausente a legitimidade *ad causam* da parte autora.

Oportuno referir que a legitimidade, no ordenamento jurídico brasileiro, apresenta duas modalidades, quais sejam *ad processum* e a *ad causam*, e estas não se confundem, uma vez que aquela é pressuposto processual que se relaciona com a capacidade para estar em juízo, enquanto que esta é condição da ação.

Página 3 de 19

Documento assinado via Token digitalmente por MARCIA BRANDAO ZOLLINGER, em 14/04/2020 17:47. Para verificar a assinatura acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave C975C735.A1E0EE6E.8308EB51.2985A290



No tocante legitimidade *ad processum*, o CONFEA está apto a figurar no polo ativo da presente ação, nos moldes do art. 5º, inciso IV, da Lei nº 7.347/1985[2], visto que o Supremo Tribunal Federal reconheceu caráter autárquico de conselhos profissionais regionais e federais, no âmbito do Mandado de Segurança nº 22.643-9-SC e da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.717-6/DF[3].

Além disso, o CONFEA tem por dever a fiscalização do exercício profissional da engenharia, da arquitetura e da agronomia, conforme o art. 24 da Lei nº 5.194/1966[4].

Dentre as atribuições inerentes ao exercício da engenharia, da arquitetura e da agronomia, encontram-se: *“planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agropecuária”* e *“estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica”*[5], atividades nas quais se inserem a elaboração de PTRF e de PRAD.

Assim, considerando que a lide versa acerca da habilitação profissional para a elaboração de PTRF e PRAD, constata-se o vínculo entre o CONFEA e a situação jurídica demandada, resta demonstrada a legitimidade *ad processum* e a *ad causam* do CONFEA para figurar no polo ativo do presente feito.

Dessa forma, a **preliminar de ilegitimidade da parte autor não merece prosperar.**

#### IV – DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE

Pugnou a autora pelo julgamento antecipado da lide por restar configuradas a hipótese do art. 355, incisos I, do Código de Processo Civil, não havendo necessidade de produção de prova.

Desse modo, verifica-se que são suficientes para a solução da controvérsia apenas a análise de diplomas legais, quais sejam: a Resolução CFBio nº 480/2018, origem da controvérsia; a Lei nº 5.194/1966, que regulamenta a profissão de engenheiros, arquitetos e agrônomos; e a Lei nº 6.684/1979, que regulamenta a profissão de biólogos.

Assim, diante da suficiência dos diplomas legais como parâmetros de solução da controvérsia e da consequente ausência da necessidade produção de outras provas, manifestação favorável ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil[6].

#### V – DO MÉRITO

No mérito, a autora alega que a Resolução CFBio nº 480/2018 desrespeitaria



a lei que regulamenta as atividades do profissional da Biologia (Lei nº 6.684/1979) na medida em que permite que biólogos possam ser responsáveis técnicos de atividades que compõem o Inventário Florestal, o Projeto Técnico de Recuperação da Flora – PTRF e de Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD; como também usurparia as atividades profissionais do engenheiro agrônomo e florestal, pois tais documentos seriam emitidos privativamente por estes.

A autora alega também que para a elaboração de PRAD e PTRF são exigidas competências que não são desenvolvidas ao longo da formação acadêmica do biólogo, o que pode vir a comprometer a efetividade da ação de recuperação proposta, frustrando os objetivos perseguidos pelos referidos instrumentos.

Ademais alega que “o inciso V do art. 5º da Instrução Normativa nº 4/2011-Ibama previu expressamente a necessidade de Anotação de Responsabilidade Técnica” instrumento legal que diz respeito privativamente as atividades desenvolvidas pelos profissionais da engenharia e agronomia.

Por fim, pleiteia a anulação da Resolução nº 480/2018 do CFBIO, uma vez que tanto jurídica como tecnicamente o biólogo não teria capacidade para ser responsável técnico pela elaboração de Projeto Técnico de Recuperação da Flora – PTRF e o Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD.

Inicialmente oportuno esclarecer os conceitos e conteúdo do Projeto Técnico de Recuperação da Flora – PTRF, do Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD e do Inventário Florestal.

**O PRAD - Plano de Recuperação de Áreas Degradadas** - é um documento que orienta a execução e o acompanhamento ou monitoramento da recuperação ambiental de uma determinada área degradada.

Nesse sentido é o teor da Resolução CFbio nº 480/218, a saber:

**- Resolução CFbio nº 480/2018:**

Art. 2º Para efeitos desta Resolução aplicam-se os seguintes conceitos:

[...]

IX - Plano de Recuperação de Área Degradada - PRAD: instrumento de planejamento das ações de recomposição/recuperação contendo metodologias, cronograma e insumos;

De forma mais detalhada a Instrução Normativa nº 4/2011-Ibama, que estabelece procedimentos para elaboração, análise, aprovação e acompanhamento da execução de Projeto de Recuperação de Área Degradada ou Perturbada – PRAD, diz:



Art. 1º Estabelecer procedimentos para elaboração de Projeto de Recuperação de Área Degradada - PRAD ou Área Alterada, para fins de cumprimento da legislação ambiental, bem como dos Termos de Referência constantes dos Anexos I e II desta Instrução Normativa.

§ 1º Os Termos de Referência de que trata o caput deste artigo estabelecem diretrizes e orientações técnicas voltadas à apresentação de PRAD e PRAD Simplificado.

§ 2º **O PRAD deverá reunir informações, diagnósticos, levantamentos e estudos que permitam a avaliação da degradação ou alteração e a consequente definição de medidas adequadas à recuperação da área, em conformidade com as especificações dos Termos de Referência constantes nos Anexos desta Instrução Normativa.**

§ 3º Desde que tecnicamente justificado o PRAD poderá contemplar peculiaridades locais sem necessariamente atender todas as diretrizes e orientações técnicas constantes nos Termos de Referência.

§ 4º A depender das condições da área a ser recuperada e das demais condições

apontadas na análise técnica, poderá ser estimulada e conduzida a regeneração natural da vegetação nativa.

[...]

Art. 2º O PRAD deverá informar os métodos e técnicas a serem empregados de acordo com as peculiaridades de cada área, devendo ser utilizados de forma isolada ou conjunta, preferencialmente aqueles de eficácia já comprovada.

§ 1º O PRAD deverá propor medidas que assegurem a proteção das áreas degradadas ou alteradas de quaisquer fatores que possam dificultar ou impedir o processo de recuperação.

§ 2º Deverá ser dada atenção especial à proteção e conservação do solo e dos recursos hídricos e, caso se façam necessárias, técnicas de controle da erosão deverão ser executadas.

§ 3º O PRAD deverá apresentar embasamento teórico que contemple as variáveis

ambientais e seu funcionamento similar ao dos ecossistemas da



região.

Art. 3º O PRAD e o PRAD Simplificado deverão conter planilha(s) com o detalhamento dos custos de todas as atividades previstas, conforme, respectivamente, Anexos I-B e IIB desta Instrução Normativa. (grifo apostro)

A Instrução Normativa ICMBio nº 11, de 11 de dezembro de 2014, apresenta definição similar.

Art. 3º. O PRAD deverá definir as medidas necessárias à recuperação ou restauração da área perturbada ou degradada, fundamentado nas características bióticas e abióticas da área e em conhecimentos secundários sobre o tipo de impacto causado, a resiliência da vegetação e a sucessão secundária.

Parágrafo único. Os Termos de Referência (TR) constantes nos anexos I e II estabelecem diretrizes e orientações técnicas voltadas à apresentação de PRAD e PRAD Simplificado. A elaboração do TR e do PRAD serão de atribuição do responsável pela recuperação/restauração.

[...]

Art. 4º. O PRAD deverá propor métodos e técnicas a serem empregados de acordo com as peculiaridades de cada área e do dano observado, incluindo medidas que assegurem a proteção das áreas degradadas ou perturbadas de quaisquer fatores que possam dificultar ou impedir o processo de recuperação/restauração, devendo ser utilizados, de forma isolada ou conjunta, preferencialmente aqueles de eficácia já comprovada, em especial a condução da regeneração natural de espécies nativas.

§ 1º. Deverá ser dada atenção especial à proteção e conservação do solo e dos recursos hídricos e, caso se façam necessárias, técnicas de controle da erosão deverão ser executadas.

§ 2º. O PRAD deverá apresentar embasamento teórico que contemple as variáveis ambientais e seu funcionamento similar ao dos ecossistemas da região.

**O PTRF - Projeto Técnico de Reconstituição da Flora** – é apresentado junto ao Processo Administrativo de Regularização Ambiental, propondo medidas mitigadoras e compensatórias obrigatórias ao empreendedor que provocou alguma intervenção ambiental em áreas consideradas de preservação permanente, ou mesmo que

Página 7 de 19

Documento assinado via Token digitalmente por MARCIA BRANDAO ZOLLINGER, em 14/04/2020 17:47. Para verificar a assinatura acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave C975C735.A1E0E6E.8308EBS1.2985A290



tenha herdado o passivo ambiental.

Assim, devem ser consideradas as características bióticas e abióticas para o planejamento da reconstituição da flora em determinada área de preservação permanente. Considera-se particularmente o bioma e a fisionomia específica (por exemplo: mata ciliar, entorno de nascentes). Sua necessidade está condicionada em acordo com os critérios do IEF na ocasião de manejo das APP.

Nesse sentido, a Resolução CFbio nº 480/2018:

**- Resolução CFbio nº 480/2018:**

Art. 2º - Para efeitos desta Resolução aplicam-se os seguintes conceitos:

[...]

X - Projeto Técnico de Recuperação da Flora - PTRF: projeto de mitigação de impacto ambiental que visa recompor a flora de uma determinada área obedecendo sua característica biótica, fitofisionômica, fitossociológica e abiótica.

**O Inventário Florestal, segundo a Ambiente Brasil[10]:**

O Inventário Florestal é a base para o planejamento do uso dos recursos florestais, através dele é possível a caracterização de uma determinada área e o conhecimento quantitativo e qualitativo das espécies que a compõe.

Os objetivos do Inventário são estabelecidos de acordo com a utilização da área, que pode ser área de recreação, reserva florestal, área de manutenção da vida silvestre, áreas de reflorestamento comercial, entre outros.

No caso das florestas com fins madeireiros por exemplo, o inventário florestal visa principalmente a determinação ou a estimativa de variáveis como peso, área basal, volume, qualidade do fuste, estado fitossanitário, classe de copa e potencial de crescimento da espécie florestal.

Nessa linha, a Instrução Normativa ICMBio nº 09, de 28 de abril de 2010, conceituou Inventário Florestal como sendo “*atividade que visa a obter informações quantitativas e qualitativas dos recursos florestais existentes em uma área pré-especificada.*”[11]

Desse modo, percebe-se que o PRAD e o PTRF tratam de documentos contendo conjunto de medidas que visam a recuperação ambiental de áreas degradadas, cuja elaboração do projeto pode ou não se dá por meio de orientação, assessoramento ou





consultoria, ou demandar a realização de perícias, laudos técnicos e pareceres, devido ao seu conteúdo técnico. E o Inventário Florestal presta-se a fazer o levantamento informações quantitativas e qualitativas dos recursos florestais antes da intervenção ambiental.

Verifica-se assim que a elaboração de PRAD, de PTRF e de Inventário Florestal envolvem atividades atinentes ao exercício da profissão de biólogo, conforme art. 2º, da Lei nº 6.684/1979:

**- Lei 6.684/1979:**

Art. 2º Sem prejuízo do exercício das mesmas atividades por outros profissionais igualmente habilitados na forma da legislação específica, o Biólogo poderá:

I - formular e elaborar estudo, projeto ou pesquisa científica básica e aplicada, nos vários setores da Biologia ou a ela ligados, bem como os que se relacionem à preservação, saneamento e melhoramento do meio ambiente, executando direta ou indiretamente as atividades resultantes desses trabalhos;

II - orientar, dirigir, assessorar e prestar consultoria a empresas, fundações, sociedades e associações de classe, entidades autárquicas, privadas ou do poder público, no âmbito de sua especialidade;

III - realizar perícias e emitir e assinar laudos técnicos e pareceres de acordo com o currículo efetivamente realizado.

Ademais, a Resolução CFBio nº 480/2018, conforme suas considerações iniciais, consiste em norma regulamentadora da Lei nº 6.684/1979, que prevê a realização de Inventário Florestal, de Projeto Técnico de Recuperação da Flora – PTRF e de Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD dentro de circunstâncias específicas expressamente lançadas nos incisos do questionado art. 3º da Resolução:

Art. 3º O Biólogo é o profissional legal e tecnicamente habilitado com atribuições para atuar na realização de Manejo e Conservação da Vegetação e da Flora, de Inventário Florestal, de Projeto Técnico de Recuperação da Flora – PTRF e de Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD e atividades correlatas, conforme a seguir:

I – Coletar amostras e espécimes, para fins de pesquisa, serviços e experimentação em campo, laboratórios e viveiros e preparar/tratar o material para incorporação em acervos;

II – Contribuir na proposição de políticas públicas para conservação e uso sustentável dos recursos vegetais, bem como em

Página 9 de 19

Documento assinado via Token digitalmente por MARCIA BRANDAO ZOLLINGER, em 14/04/2020 17:47. Para verificar a assinatura acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave C975C735.A1E0EB6E.8308EB51.2985A290



processos de regularização ambiental;

III – Desenvolver e utilizar tecnologias e metodologias, inclusive moleculares, em inventários da vegetação e para estudos taxonômicos;

IV – Coordenar, supervisionar e participar de equipes multidisciplinares;

V – Desenvolver e utilizar tecnologia de sensoriamento remoto e geoprocessamento para estudos e mapeamento da cobertura vegetal e uso do solo;

VI – Elaborar, emitir e assinar laudos, pareceres, termos de referência, requerimentos e outros documentos técnicos;

VII – Identificar espécies da flora de interesse econômico, raras e ameaçadas de extinção, exóticas, invasoras e bioindicadoras;

VIII – Identificar, caracterizar e delimitar áreas de potencial ecológico, turístico, econômico e de interesse para educação ambiental;

IX – Instrumentalizar processos em diferentes instâncias judiciais e junto ao Ministério Público;

X – Propor, coordenar, elaborar, implantar e executar inventários florestais, florísticos, fitossociológicos, bioprospecção, fitorremediação, projetos e estudos sobre morfologia, fisiologia, ecologia, genética, evolução, etnobiologia, fitossanidade e fitogeografia das espécies, populações e comunidades vegetais;

XI – Propor, coordenar, elaborar, implantar, executar e avaliar Planos de Utilização Pretendida (PUP); inventário florestal; projetos de manejo e conservação da vegetação e da flora, de resgate e reintrodução de espécies, de manejo florestal, do uso e ocupação do solo, da avaliação da cobertura vegetal, de restauração ecológica e recomposição da cobertura vegetal, inclusive em Áreas de Preservação Permanente (APP) e de Reserva Legal, mediante o plantio de nativas ou intercalado de nativas e exóticas, em Sistemas Agroflorestais (SAFs), observados os parâmetros definidos em lei;

XII – Realizar o Cadastro Ambiental Rural (CAR), Avaliação Ecológica Rápida (AER), Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), Avaliação Ambiental Integrada (AAI), Estudo de Análise de Risco (EAR), Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de

Página 10 de 19

Documento assinado via Token digitalmente por MARCIA BRANDAO ZOLLINGER, em 14/04/2020 17:47. Para verificar a assinatura acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave C975C735.A1E0EE6E.8308EBS1.2985A290



Impacto Ambiental (EIA/RIMA), entre outros instrumentos que venham a ser criados pela legislação de regência;

XIII – Realizar o monitoramento e a quantificação da biomassa e dos estoques de carbono em formações vegetais;

XIV – Atuar na produção de mudas da flora nativa e exótica, na coleta de sementes e seleção de matrizes; em procedimentos de viabilidade, dormência, germinação e armazenamento de sementes; na execução e acompanhamento do plantio e manejo de espécies da flora nativa e exótica;

XV – Avaliar e propor ações para melhor desenvolvimento das espécies vegetais e conservação dos recursos hídricos da área;

XVI – Elaborar relatórios, pareceres, laudos técnicos e demais instrumentos de avaliação dos resultados e monitoramento da recomposição das áreas, dentre outros;

XVII – Treinar ou indicar o treinamento aos colaboradores técnicos operacionais em atividades específicas, como reconhecimento e identificação da flora nativa e exótica, técnicas de coleta e armazenagem de sementes, técnicas de plantio, de condução, tratamentos silviculturais, e avaliação de resultados, considerando a legislação vigente;

XVIII – Capacitar colaboradores diretos e indiretos, além do público em geral, por meio de palestras, cursos, treinamentos e outros relacionados à realização de Inventários Florestais e atividades correlatas.

Ademais, conforme exposto no preâmbulo da referida norma, deve ser levadas em consideração as demais normas que regulamentam o exercício das atividades do Biólogo das quais destacam-se:

**- Resolução nº 227, de 18 de agosto de 2010:**

Art. 1º O Biólogo regularmente registrado nos Conselhos Regionais de Biologia – CRBios, e legalmente habilitado para o exercício profissional, de acordo com o art. 2º da Lei nº 6.684/79 e art. 3º do Decreto nº 88.438/83, poderá atuar nas áreas:

**I – Meio Ambiente e Biodiversidade**

**II – Saúde**

**III – Biotecnologia e Produção**

Parágrafo único. O exercício das atividades profissionais/técnicas

Página 11 de 19

Documento assinado via Token digitalmente por MARCIA BRANDAO ZOLLINGER, em 14/04/2020 17:47. Para verificar a assinatura acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave C975C735.A1E0EB6E.8308EB51.2985A290



vinculadas às diferentes áreas de atuação fica condicionado ao currículo efetivamente realizado ou à pós-graduação lato sensu ou stricto sensu na área ou à experiência profissional na área de no mínimo 360 horas comprovada pelo Acervo Técnico.

[...]

**Art. 3º Ficam estabelecidas as seguintes atividades profissionais que poderão ser exercidas no todo ou em parte, pelo Biólogo, de acordo com seu perfil profissional:**

Assistência, assessoria, consultoria, aconselhamento, recomendação;

Direção, gerenciamento, fiscalização;

Ensino, extensão, desenvolvimento, divulgação técnica, demonstração, treinamento, condução de equipe;

Especificação, orçamentação, levantamento, inventário;

**Estudo de viabilidade técnica, econômica, ambiental, socioambiental;**

**Exame, análise e diagnóstico laboratorial, vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo, parecer técnico, relatório técnico, licenciamento, auditoria;**

**Formulação, coleta de dados, estudo, planejamento, projeto, pesquisa, análise, ensaio, serviço técnico;**

**Gestão, supervisão, coordenação, curadoria, orientação, responsabilidade técnica;**

Importação, exportação, comércio, representação;

**Manejo, conservação, erradicação, guarda, catalogação;**

Patenteamento de métodos, técnicas e produtos;

Produção técnica, produção especializada, multiplicação, padronização, **mensuração, controle de qualidade, controle qualitativo, controle quantitativo;**

Provimento de cargos e funções técnicas.

**Art. 4º São áreas de atuação em Meio Ambiente e Biodiversidade:**

Aqüicultura: Gestão e Produção

Arborização Urbana

Auditoria Ambiental



Bioespeleologia  
Bioética  
Bioinformática  
Biomonitoramento  
Biorremediação  
Controle de Vetores e Pragas  
Curadoria e Gestão de Coleções Biológicas, Científicas e Didáticas  
Desenvolvimento, Produção e Comercialização de Materiais,  
Equipamentos e Kits Biológicos  
Diagnóstico, Controle e Monitoramento Ambiental  
Ecodesign  
Ecoturismo  
Educação Ambiental  
Fiscalização/Vigilância Ambiental  
Gestão Ambiental  
Gestão de Bancos de Germoplasma  
Gestão de Biotérios  
Gestão de Jardins Botânicos  
Gestão de Jardins Zoológicos  
Gestão de Museus  
Gestão da Qualidade  
Gestão de Recursos Hídricos e Bacias Hidrográficas  
Gestão de Recursos Pesqueiros  
Gestão e Tratamento de Efluentes e Resíduos  
Gestão, Controle e Monitoramento em Ecotoxicologia  
Inventário, Manejo e Produção de Espécies da Flora Nativa e  
Exótica  
Inventário, Manejo e Conservação da Vegetação e da Flora  
Inventário, Manejo e Comercialização de Microrganismos  
Inventário, Manejo e Conservação de Ecossistemas Aquáticos:  
Límnicos, Estuarinos e Marinhos



Inventário, Manejo e Conservação do Patrimônio Fossilífero  
Inventário, Manejo e Produção de Espécies da Fauna Silvestre  
Nativa e Exótica  
Inventário, Manejo e Conservação da Fauna  
Inventário, Manejo, Produção e Comercialização de Fungos  
Licenciamento Ambiental  
Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL)  
Microbiologia Ambiental  
Mudanças Climáticas  
Paisagismo  
Perícia Forense Ambiental/Biologia Forense  
Planejamento, Criação e Gestão de Unidades de Conservação  
(UC)/Áreas Protegidas  
Responsabilidade Socioambiental  
Restauração/Recuperação de Áreas Degradadas e Contaminadas  
Saneamento Ambiental  
Treinamento e Ensino na Área de Meio Ambiente e Biodiversidade  
(grifos apostos)

Assim, **de acordo com seu perfil profissional**, pode o biólogo realizar vários tipos de atividades relacionadas ao meio ambiente e a biodiversidade, inclusive reunir informações, diagnósticos, levantamentos e estudos que permitam a avaliação da degradação ou alteração e a consequente definição de medidas adequadas à recuperação da área – PRAD; elaborar projeto de mitigação de impacto ambiental que visa recompor a flora de uma determinada área obedecendo sua característica biótica, fitofisionômica, fitossociológica e abiótica – PTRF; como também, realizar atividades que visam a obtenção de informações quantitativas e qualitativas dos recursos florestais existentes em uma determinada área – Inventário Florestal; sem, contudo, excluir a possibilidade de participação de profissionais de outras áreas de conhecimento.

Desse modo, questões não atinentes aos conhecimentos da biologia, assim como se não estiverem relacionadas com esta ou, ainda, com o currículo/especialização do profissional, devem atuar outros profissionais habilitados legalmente, como os próprios engenheiros e agrônomos.

Além disso, a elaboração de PRAD, PTRF e inventários florestais por biólogos **não constitui exercício irregular**[12] das atividades fiscalizadas pela autora - CONFEA (engenharia, da arquitetura e/ou da agronomia), uma vez que as previsões do art.

Página 14 de 19

Documento assinado via Token digitalmente por MARCIA BRANDAO ZOLLINGER, em 14/04/2020 17:47. Para verificar a assinatura acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave C975C735.A1E0EBE6E.8308EB51.2985A290



1º c/c o art. 7º da Lei nº 5.194/1966[13] não atribuem caráter de exclusividade ao exercício de atividades em empreendimentos que importem aproveitamento e utilização de recursos naturais.

Portanto, não há que se falar em exercício ilegal da profissão nos termos da Lei nº 5.194/1966 quanto à elaboração de PRAD, de PTRF e Inventário Florestal por Biólogos, uma vez que estão diretamente relacionados à preservação, saneamento e melhoramento do meio ambiente, o que está expressamente previsto no inciso I do art. 2º da Lei nº 6.684/1979:

Ademais, oportuno ressaltar que o IBAMA (ID 174582865) se manifestou favoravelmente à multidisciplinaridade na elaboração de PRAD e PTRFs, destacando que:

[...]

Neste contexto, DIAS & GRIFFITH, 1998, esclarecem que o envolvimento direto e indireto de técnicos de diferentes especializações permite a abordagem holística de um PRAD que se faz necessária.

A Sociedade para Restauração Ecológica – SER (McDONALD, 2016), confirma a importância da multidisciplinaridade na prática da restauração ecológica com objetivo de auxiliar a recuperação ambiental, bem como cita diversas áreas de conhecimento imprescindíveis para a construção do conhecimento sobre o tema.

#### PADRÕES INTERNACIONAIS PARA A PRÁTICA DA RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA – INCLUINDO PRINCÍPIOS E CONCEITOS CHAVES

“Profissionais da restauração e uma vasta gama de outras disciplinas também contribuem com conhecimentos vastos e detalhados para a restauração, assim como pesquisadores. A prática da restauração ecológica é única devido ao elevado grau de conhecimento adquirido que integra o conhecimento ecológico (baseado na ciência e no conhecimento ecológico tradicional) com o conhecimento dos profissionais e o conhecimento desenvolvido nos campos da prática da restauração, agronomia, produção de sementes, horticultura, manejo de plantas e animais, manejo da água e do solo, engenharia, desenho e gerenciamento de paisagens e planejamento da conservação, entre outros. A ecologia da restauração é o campo científico que foca em questões relevantes para a prática da restauração ecológica, a qual por sua vez é baseada na ecologia básica e aplicada, biologia da conservação,



conservação genética, ecologia de paisagens, e nas ciências sociais e econômicas.”

Infere-se dos conceitos técnicos que as atividades de coordenação e consultoria para elaboração e execução de Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas, ou Recomposição da Flora, poderão ser desenvolvidas de forma individual ou coletiva, por profissionais de diferentes especializações, conforme a dimensão e o objetivo do projeto.

[...]

De modo a corroborar com a multidisciplinaridade de elaboração e execução de PRADs, as normas infra legais publicadas pelos órgãos executores do SISNAMA exigem o protocolo da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART como um dos documentos necessários à aprovação de um PRAD, porém não discriminam profissional, ou lista de profissionais, responsável por sua elaboração e, tão pouco especificam um conselho profissional específico para emissão deste documento.

Vale ressaltar que a atuação dos biólogos, tanto na elaboração de PRAD e PTRF quanto em Inventários Florestais, diferentemente do q alega a autora, ao invés de prejudicar o meio ambiente, em verdade busca contribuir para a sua preservação e sua recuperação, avançando no objetivo de obter um meio ambiente equilibrado, de proporcionar sadia qualidade de vida, bem como defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, conforme preceitua o art. 225 da Constituição Federal de 1988, *in verbis*:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Logo, não se vislumbra qualquer violação à lei, tão pouco risco aos direitos ao meio ambiente equilibrado e à saúde previstos nos arts. 196 e 225 da Constituição Federal.

Diante do exposto, o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** declara-se ciente do desinteresse do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio em atuarem na qualidade de *amicus curiae* no presente feito, bem como se **manifesta**:

a) pela tempestividade da presente manifestação, considerando a suspensão

Página 16 de 19

Documento assinado via Token digitalmente por MARCIA BRANDAO ZOLLINGER, em 14/04/2020 17:47. Para verificar a assinatura acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave C975C735-A1E0EE6E-8308E851-2985A290





dos prazos processuais, conforme **Resolução PRESI - 9985909**;

b) pelo reconhecimento da legitimidade ativa do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA;

c) **favorável ao julgamento antecipado da lide**, uma vez que as provas constantes dos autos são suficiente a formação do livre convencimento sobre a matéria, aplicando a teoria da causa madura, na forma do art. 355, I, do Código de Processo Civil;

d) e, no mérito, pelo **indeferimento** do pedido, tendo em vista a legalidade da Resolução CFBio nº 480/2018.

Brasília, 14 de abril de 2020

(assinado eletronicamente)

**Marcia Brandão Zollinger**

**Procuradora da República**

[1] Dispõe, no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região, sobre o regime de Plantão Extraordinário, e amplia medidas temporárias de prevenção e redução dos riscos de disseminação e contágio pelo Coronavírus - Covid-19.

[2] Art. 5º Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar: [...] IV - a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista;

[3] Em análise ao inteiro teor do acórdão da ADIN 1717-6-DF, verifica-se o fundamento da decisão tomou por base o entendimento estabelecido no julgamento do MS 22643-9-SC a respeito do caráter autárquico dos conselhos profissionais. Em citação, percebe-se que, no acórdão do mandado de segurança, restou decidido que “Os Conselhos Regionais de Medicina, como sucede com o Conselho Federal, são autarquias federais sujeitas à prestação de contas ao Tribunal de Contas da União por força do disposto no inciso II do artigo 71 da atual Constituição”, tendo em vista que considerou-se que “esses conselhos – o Federal e os Regionais – foram, portanto criados por lei, tendo cada um deles personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira. Ademais, exercem eles a atividade de fiscalização de exercício profissional que, como decorre do disposto nos arts. 5º, XIII, 21, XXIV, e 22, XVI, da Constituição Federal, é atividade tipicamente pública. Por preencherem, pois, os requisitos de autarquia, [...] cada um deles é uma

Página 17 de 19

Documento assinado via Token digitalmente por MARCIA BRANDAO ZOLLINGER, em 14/04/2020 17:47. Para verificar a assinatura acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave C975C735.A1E0EE6E.8308EBS1.2985A290



autarquia distinta”. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=266741>. Acesso em: 11 mar. 2020.

[4] Art. 26. O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, (CONFEA), é a instância superior da fiscalização do exercício profissional da engenharia, da arquitetura e da agronomia.

[5] Art. 7º As atividades e atribuições profissionais do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro-agrônomo consistem em: [...] b) planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agropecuária; c) estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica;

[6] Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I - não houver necessidade de produção de outras provas;

[7] ID 131832853 - Pág. 13.

[8] ID 131832853 - Pág. 13.

[9] STF, Tribunal Pleno, Rcl 600, Rel. Min. Néri da Silveira, julgado em 3/09/1997, DJ 5/12/2003.

[10] O Ambientebrasil nasceu da ideia de oferecer para a comunidade corporativa brasileira, praticidade e rapidez na busca on-line de informações sobre o Meio Ambiente.

A missão do Portal é estimular a ampliação do conhecimento ambiental e a formação de uma consciência crítica sobre os problemas e soluções para o meio ambiente, idealizando a obtenção de conhecimentos de forma organizada, sistemática e com velocidade, através de ambientes que orientam, informam e oferecem facilidades.

A proposta de trabalho do Portal é servir de elo entre o presente e o futuro, antecipando soluções para as organizações e trazendo conforto às pessoas, atender toda a comunidade brasileira, com interesse específico em Meio Ambiente e oferecer produtos e serviços com soluções práticas, imediatas e customizadas, visando a melhoria de gestão e a qualidade exigida pela demanda.

O maior patrimônio do Ambientebrasil é a credibilidade das informações, o respeito às pessoas, a qualidade e a rapidez nas respostas à usuários, ética editorial e comercial, agilidade, confiabilidade e utilidade. (Disponível em: <https://www.ambientebrasil.com.br/sobre-nos/> . Acesso em: 06/04/2020.

<https://www1.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/in092010.pdf> . Acesso em: 06/04/2020.

[12] Art. 6º Exerce ilegalmente a profissão de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo: a) a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços público ou



privado reservados aos profissionais de que trata esta lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais; b) o profissional que se incumbir de atividades estranhas às atribuições discriminadas em seu registro; c) o profissional que emprestar seu nome a pessoas, firmas, organizações ou empresas executoras de obras e serviços sem sua real participação nos trabalhos delas; d) o profissional que, suspenso de seu exercício, continue em atividade; e) a firma, organização ou sociedade que, na qualidade de pessoa jurídica, exercer atribuições reservadas aos profissionais da engenharia, da arquitetura e da agronomia, com infringência do disposto no parágrafo único do art. 8º desta lei.

[13] Lei nº 5.194/1966: Art. 1º As profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo são caracterizadas pelas realizações de interesse social e humano que importem na realização dos seguintes empreendimentos: a) aproveitamento e utilização de recursos naturais; b) meios de locomoção e comunicações; c) edificações, serviços e equipamentos urbanos, rurais e regionais, nos seus aspectos técnicos e artísticos; d) instalações e meios de acesso a costas, cursos e massas de água e extensões terrestres; e) desenvolvimento industrial e agropecuário.

[...]

Art. 7º As atividades e atribuições profissionais do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro-agrônomo consistem em: a) desempenho de cargos, funções e comissões em entidades estatais, paraestatais, autárquicas, de economia mista e privada; b) planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agropecuária; c) estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica; d) ensino, pesquisas, experimentação e ensaios; e) fiscalização de obras e serviços técnicos; f) direção de obras e serviços técnicos; g) execução de obras e serviços técnicos; h) produção técnica especializada, industrial ou agropecuária.

Documento assinado via Token digitalmente por MARCIA BRANDAO ZOLLINGER, em 14/04/2020 17:47. Para verificar a assinatura acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave C975C735.A1E0E6E.8308E851.2985A290





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
**Seção Judiciária do Distrito Federal**  
14ª Vara Federal Cível da SJDF

SENTENÇA TIPO "A"

PROCESSO: 1040135-90.2019.4.01.3400

CLASSE: AÇÃO CIVIL PÚBLICA CÍVEL (65)

AUTOR: CONFEA - CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA

Advogado do(a) AUTOR: JOAO AUGUSTO DE LIMA - DF20264

RÉU: CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA

**Sentença Tipo A**

**I – Relatório:**

Trata-se de ação civil pública, com pedido de tutela de urgência, proposta pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA em face do Conselho Federal de Biologia – CFBIO, objetivando “a declaração de nulidade da Resolução nº 480/2018 CFBIO, com a consequente reafirmação da necessidade de profissionais habilitados, nas respectivas áreas de atuação que compõem o Projeto Técnico de Recuperação da Flora – PTRF e o Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD”.

Alega, em suma, que o CFBIO extrapolou e contrariou os limites delimitados pela Lei nº 6.684/1979, que regulamenta o exercício da biologia, ao permitir, na resolução atacada, que biólogos elaborem Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD e Projeto Técnico de Recuperação da Flora – PTRF e ao submeter esses profissionais à Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, uma vez: (i) a referida lei não autoriza que os biólogos realizem essas atividades; (ii) a formação em Ciências Biológicas não prepara os profissionais egressos desse curso para a realização das mesmas.

Fundamenta que o desempenho dessas atividades por biólogos geram riscos à saúde e ao meio ambiente, além de implicar na invasão na atuação privativa dos engenheiros e agrônomos, nos moldes da Lei nº 5.194/1966 e Lei nº 10.711/2003.

A análise da tutela de urgência foi postergada.



O CFBIO contestou às fls. 189/221, suscitando a preliminar de ilegitimidade *ad causam* ativa. No mérito, defendeu que a Resolução 480/2018 está em conformidade com o ordenamento jurídico pátrio, em especial com as leis e resoluções que regulamentam a profissão de biólogo, e que o conteúdo curricular dos cursos de Ciências. Biológicas contemplam o conhecimento necessário para a realização das atividades autorizadas pela resolução objeto da lide. Pontua ainda que a ART referente aos biólogos está regulamentada pela Resolução CFBio nº 11/2003, elaborada em conformidade com os poderes regulamentares conferidos ao CFBio pelo art. 11, II, da Lei nº 6.684/1979 combinado com o art. 1º, da Lei Federal nº 7.017/1982 e com o art. 11, III, do Decreto nº 88.438/1983.

O Conselho Federal autor apresentou réplica às fls. 270/275, reiterando seus argumentos em defesa de sua legitimidade ativa.

O IBAMA e o ICMBio foram intimados para se manifestar nos autos na condição de *amicus curie*. Ambas as entidades manifestaram pela falta de interesse de participar da lide, porém, o IBAMA juntou informação técnica a qual esclarece que as normas infra legais publicadas pelos órgãos executores do SISNAMA exigem o protocolo da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART como um dos documentos necessários à aprovação de um PRAD, porém não discriminam profissional, ou lista de profissionais, responsável por sua elaboração e, tão pouco especificam um conselho profissional específico para emissão deste documento, de modo a corroborar com a multidisciplinaridade de elaboração e execução de PRADs. (fls. 293/296).

O MPF manifestou-se pelo indeferimento do pedido (fls. 309/327).

Atribuiu-se à causa o valor de R\$ 10.000,00 (fl. 48).

Do necessário, é o relatório.

## II – Fundamentação:

Considerando que os autos encontram-se instruídos com a documentação necessária ao julgamento da lide, não havendo necessidade de produção de outras provas, **julgo antecipadamente o pedido** (CPC, art. 355, I).

De plano, **rejeito** a preliminar de ilegitimidade ativa, uma vez que a legitimidade *ad causam* da autora se justifica pelo fato da lide versar acerca da habilitação profissional para elaboração de PTRF e PRAD, atividade inserida nas atribuições de engenheiros, arquitetos e agrônomos, profissões cujo exercício é fiscalizado pelo CONFEA.

### Adentro ao mérito.

A interpretação restritiva que o autor pretende fazer da lei nº 6.684/79 não guarda relação com os termos abertos utilizados pelo normativo ao definir as atividades que autorizadas no exercício da biologia. Ademais, com bem demonstrou o demandado, há outras normas que explicitam, complementam e ampliam as atribuições dos biólogos as quais não foram consideradas pelo demandante.

A restrição ao exercício de qualquer atividade profissional deve ser medida de exceção (art. 5º, XIII). A parte autora não se incumbiu da tarefa de demonstrar que os biólogos não possuem as qualificações profissionais estabelecidas em lei para exercer as atividades previstas na Resolução nº 480/2018 CFBIO.



Dessa forma, não vislumbro qualquer ilegalidade no ato normativo atacado.

Fixadas tais balizas, **adoto** como razões de decidir excertos da fundamentação já exarada no parecer ministerial (fls. 309/327), conforme segue:

“Assim, **de acordo com seu perfil profissional**, pode o biólogo realizar vários tipos de atividades relacionadas ao meio ambiente e a biodiversidade, inclusive reunir informações, diagnósticos, levantamentos e estudos que permitam a avaliação da degradação ou alteração e a consequente definição de medidas adequadas à recuperação da área – PRAD; elaborar projeto de mitigação de impacto ambiental que visa recompor a flora de uma determinada área obedecendo sua característica biótica, fitofisionômica, fitossociológica e abiótica – PTRF; como também, realizar atividades que visam a obtenção de informações quantitativas e qualitativas dos recursos florestais existentes em uma determinada área – Inventário Florestal; sem, contudo, excluir a possibilidade de participação de profissionais de outras áreas de conhecimento.

Desse modo, questões não atinentes aos conhecimentos da biologia, assim como se não estiverem relacionadas com esta ou, ainda, com o currículo/especialização do profissional, devem atuar outros profissionais habilitados legalmente, como os próprios engenheiros e agrônomos.

Além disso, a elaboração de PRAD, PTRF e inventários florestais por biólogos **não constitui exercício irregular** das atividades fiscalizadas pela autora – CONFEA (engenharia, da arquitetura e/ou da agronomia), uma vez que as previsões do art. 1º c/c o art. 7º da Lei nº 5.194/1966[13] não atribuem caráter de exclusividade ao exercício de atividades em empreendimentos que importem aproveitamento e utilização de recursos naturais.

Portanto, não há que se falar em exercício ilegal da profissão nos termos da Lei nº 5.194/1966 quanto à elaboração de PRAD, de PTRF e Inventário Florestal por Biólogos, uma vez que estão diretamente relacionados à preservação, saneamento e melhoramento do meio ambiente, o que está expressamente previsto no inciso I do art. 2º da Lei nº 6.684/1979.

Ademais, oportuno ressaltar que o IBAMA (ID 174582865) se manifestou favoravelmente à multidisciplinaridade na elaboração de PRAD e PTRFs, destacando que:

[...]

Neste contexto, DIAS & GRIFFITH, 1998, esclarecem que o envolvimento direto e indireto de técnicos de diferentes especializações permite a abordagem holística de um PRAD que se faz necessária.

A Sociedade para Restauração Ecológica – SER (McDONALD, 2016), confirma a importância da multidisciplinaridade na prática da restauração ecológica com objetivo de auxiliar a recuperação ambiental, bem como cita diversas áreas de conhecimento imprescindíveis para a construção do conhecimento sobre o tema.

#### PADRÕES INTERNACIONAIS PARA A PRÁTICA DA RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA – INCLUINDO PRINCÍPIOS E CONCEITOS CHAVES

“Profissionais da restauração e uma vasta gama de outras disciplinas também contribuem com conhecimentos vastos e detalhados para a restauração, assim como pesquisadores. A prática da restauração ecológica é única devido ao elevado grau de conhecimento adquirido que integra o conhecimento ecológico (baseado na ciência e no conhecimento ecológico tradicional) com o conhecimento dos profissionais e o conhecimento desenvolvido nos campos da prática da restauração, agronomia, produção de sementes, horticultura, manejo de plantas e animais, manejo da água e do solo, engenharia, desenho e gerenciamento de paisagens e planejamento da conservação, entre outros. A ecologia da restauração é o campo científico que foca em questões relevantes para a



prática da restauração ecológica, a qual por sua vez é baseada na ecologia básica e aplicada, biologia da conservação, conservação genética, ecologia de paisagens, e nas ciências sociais e econômicas."

Inferir-se dos conceitos técnicos que as atividades de coordenação e consultoria para elaboração e execução de Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas, ou Recomposição da Flora, poderão ser desenvolvidas de forma individual ou coletiva, por profissionais de diferentes especializações, conforme a dimensão e o objetivo do projeto.

[...]

De modo a corroborar com a multidisciplinaridade de elaboração e execução de PRADs, as normas infra legais publicadas pelos órgãos executores do SISNAMA exigem o protocolo da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART como um dos documentos necessários à aprovação de um PRAD, porém não discriminam profissional, ou lista de profissionais, responsável por sua elaboração e, tão pouco especificam um conselho profissional específico para emissão deste documento.

Vale ressaltar que a atuação dos biólogos, tanto na elaboração de PRAD e PTRF quanto em Inventários Florestais, diferentemente do q alega a autora, ao invés de prejudicar o meio ambiente, em verdade busca contribuir para a sua preservação e sua recuperação, avançando no objetivo de obter um meio ambiente equilibrado, de proporcionar sadia qualidade de vida, bem como defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, conforme preceitua o art. 225 da Constituição Federal de 1988, *in verbis*:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Logo, não se vislumbra qualquer violação à lei, tão pouco risco aos direitos ao meio ambiente equilibrado e à saúde previstos nos arts. 196 e 225 da Constituição Federal.

Diante do exposto, o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** declara-se ciente do desinteresse do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio em atuarem na qualidade de *amicus curiae* no presente feito, bem como se **manifesta**:

- a) pela tempestividade da presente manifestação, considerando a suspensão dos prazos processuais, conforme **Resolução PRESI - 9985909**;
- b) pelo reconhecimento da legitimidade ativa do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA;
- c) **favorável ao julgamento antecipado da lide**, uma vez que as provas constantes dos autos são suficiente a formação do livre convencimento sobre a matéria, aplicando a teoria da causa madura, na forma do art. 355, I, do Código de Processo Civil;
- d) e, no mérito, pelo **indeferimento** do pedido, tendo em vista a legalidade da Resolução CFBio nº 480/2018."

A ser assim, o não acolhimento dos pedidos autorais é medida que se impõe.

### III – Dispositivo:



Ante o exposto, **julgo improcedentes os pedidos**, nos termos do art. 487, I, do CPC.

Sem condenação ao pagamento de custas e honorários de sucumbência, tendo em vista o quanto disposto no art. 18 da Lei nº 7.347/85.

Intimem-se.

Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

BRASÍLIA, 9 de maio de 2020.

*(assinado digitalmente)*

**WALDEMAR CLAUDIO DE CARVALHO**

**Juiz Federal da 14ª DF**







PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
**Seção Judiciária do Distrito Federal**  
14ª Vara Federal Cível da SJDF

SENTENÇA TIPO "A"

PROCESSO: 1040135-90.2019.4.01.3400

CLASSE: AÇÃO CIVIL PÚBLICA CÍVEL (65)

AUTOR: CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA

Advogados do(a) AUTOR: TAYSSA GOMES DE ABREU RONDON - PR64332, JOAO DE CARVALHO LEITE NETO - DF19914, IGOR TADEU GARCIA - PR38682, SILVIA CAROLINA PEREIRA CAMARGO - GO30327, DEMETRIO RODRIGO FERRONATO - DF36077, JOAO AUGUSTO DE LIMA - DF20264

RÉU: CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA

Advogados do(a) RÉU: ANTONIO CARLOS ALVES DINIZ - DF12674, GUSTAVO FREIRE DE ARRUDA - DF12386

**SENTENÇA**

Cuida-se de Embargos de Declaração opostos pela parte autora contra a sentença que julgou seus pedidos improcedentes. A parte alega, em suma, que houve (i) omissão do juízo no tocante à *"incompatibilidade do art. 3º da resolução nº 480/2018 com os incisos II e III do art. 2º da LEI Nº 6.684/79"*; (ii) contradição *"ao adotar a premissa do Ministério Público Federal de que o PRTF e o PRAD tem caráter multidisciplinar, e admitir uma resolução que permite ao Biólogo atuação isolada em toda e qualquer atividade relacionada, mesmo que não seja objeto de formação dos Biólogos"*; (iii) omissão por não *"indicar de forma pontual a base legal capaz de indicar a licitude da Resolução nº480/2018 do CFBIO, já que a justificativa para a conclusão pela legalidade se baseia em ideias abstratas (no sentido de que o Biólogo atua na proteção ao meio ambiente), e não no confronto da norma infralegal com a lei que supostamente deveria regulamentar."*

Contrarrazões no ID 257393347.

É o relatório. **Decido.**

Não há as omissões alegadas. Uma leitura atenta da sentença permite verificar que o entendimento do juízo é de que Resolução 480/2018 é compatível com a Lei nº 6.684/79 e não extrapola sua função regulamentadora, especialmente quando afirmou-se que a interpretação restritiva que o autor pretende fazer da lei nº 6.684/79 não guarda relação com os termos abertos utilizados pelo normativo ao definir as atividades que autorizadas no exercício da biologia e que não vislumbrava-se qualquer ilegalidade no ato normativo atacado.

Cabe destacar ainda que o julgador não está obrigado a responder a todas as questões



suscitadas pelas partes quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão, devendo apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão [STJ. EDcl no MS 21.315/DF, Rel. Ministra DIVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO), PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/06/2016, DJe 15/06/2016].

Quanto à alegada contradição, vale dizer que a vício desse tipo que autoriza o manejo dos aclaratórios é aquela entre a fundamentação e o dispositivo, o que não é o caso em tela, uma vez que a conclusão pela legalidade foi no mesmo sentido do parecer ministerial cujos excertos foram adotados como razões de decidir. Com efeito, o que se observa é que a parte discorda do entendimento do magistrado sentenciante, ou seja, volta-se contra o teor da decisão que lhe foi desfavorável e, a pretexto de sanar vícios inexistentes, pretende imprimir-lhe efeitos infringentes, de todo incabível na espécie.

Ressalta-se que eventual equívoco interpretativo dos fatos e argumentos deduzidos no processo configuraria *error in judicando*, contra o qual deveria a parte aviar o recurso adequado.

Por todo o exposto, **CONHEÇO** dos embargos, posto que tempestivos, contudo, **NEGO-LHES PROVIMENTO**, por não restarem configurados os seus pressupostos legais.

**SECRETARIA:**

I - Intimem-se.

II - Nada sendo requerido, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se os autos.

BRASÍLIA, 24 de setembro de 2020.

**Waldemar Cláudio de Carvalho**

Juiz Federal da 14ª Vara do DF

